

“A luta pela América do Sul”: Argentina, Brasil e Chile na estratégia política e militar americana no período da Guerra Fria

Amanda Orguim Simioni¹ (PEPI/UFRJ)

Resumo: Uma das bases que fundamenta a agenda de política externa americana é um sólido estudo histórico e geográfico. Nos artigos de Halford J. Mackinder (1904; 1943) e na *magnum opus* de Nicholas S. Spykman (1942), a disputa pela América do Sul é um imperativo na realização da defesa hemisférica. Nesse sentido, os Estados Unidos não podem prescindir da área que corresponde aos territórios da Argentina, Brasil e Chile (A.B.C.), favorecidos naturalmente por sua distância geográfica em relação aos Estados Unidos. Em meio à disputa entre Moscou e Washington, durante a Guerra Fria, fica explícita a importância geoestratégica da região referida por Spykman como A.B.C.. Tendo como base o arcabouço teórico geopolítico objetiva-se analisar os fundamentos da política externa por trás da luta pela América do Sul.

Abstract: One of the foundations on which the American foreign policy agenda is based is a solid historical and geographical study. In the articles by Halford J. Mackinder (1904, 1943) and in the work of Nicholas S. Spykman (1942), the dispute for South America is imperative in the realization of hemispheric defense. In this sense, the United States cannot abdicate the area that corresponds to the territories of Argentina, Brazil and Chile (A.B.C.), naturally favored by their geographical distance regarding the United States. Amid the dispute between Moscow and Washington, during the Cold War, the geostrategic importance of the region, known as ABC, is explicit. Based on the geopolitical theoretical framework, this article will analyze the premises of foreign policy behind the struggle for South America.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/UFRJ).. Atua nos seguintes temas: integração Sul-Sul, Política Internacional, Política Externa Venezuelana e Relações Internacionais Latino-Americanas.

Este artigo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Introdução

A geografia por si só não é uma determinante, mas para o observador atento lança luz sobre as potencialidades e debilidades implicadas em determinado território e sua posição geográfica no globo. Ela informa ao invés de ser uma determinante. A geografia por isso não é sinônimo de fatalismo, mas o é, assim como a distribuição do poder militar e econômico uma grande restrição, e instigadora, das ações dos Estados (Kaplan 2012).

Os efeitos da geografia nas relações de poder entre os Estados não se esgotam no mapa, é preciso ir além dele e para isso é fundamental ter em mente a leitura dos mapas realizada pelos Estados durante a história. Por essa razão, tampouco se limita às questões físicas. Ela concerne às relações entre terra e indivíduo, assim, mapeia e analisa diferenças culturais relacionadas ao ambiente físico (Cohen 1957).

Observar a posição ocupada por um território desconhecido de forma acrítica é segundo Lacoste - em sua *magnum opus* - uma deturpação da função da geografia – a saber: representar e ver representado um território que deve ser analisado sob o prisma estratégico político e militar. Afinal, a Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra (Lacoste 1988).

A agenda de política externa dos Estados Unidos da América (EUA) está embasada em seu imperativo territorial tendo em mente a permanente ameaça externa. Para que expandissem seu território deveriam confrontar outras potências europeias que já estavam inseridas nos jogos de acumulação de riqueza e poder em diferentes tabuleiros geopolíticos na Europa, Ásia e América. Na geoestratégia americana com o passar do tempo multiplicam-se os Estados que ameaçam a segurança de seu território conforme ele se expande. Essa é a premissa para que na virada do século XX, com o marco da vitória na Guerra Hispano-Americana e as políticas do Corolário Roosevelt, na aurora do século XX, os EUA reiterem a abordagem da Defesa Hemisférica, a começar pelo Caribe, a porta de entrada para a América do outro lado da margem do Rio Grande (Spykman 1942).

Com um território bioceânico, o caráter da política externa americana está fundamentado nesse imperativo, há uma preocupação constante com as ameaças externas que podem atacar os Estados Unidos em suas duas costas (Spykman, 1942). No globo a América posicionada no centro, como uma ilha, ameaçada à leste pela Ásia e à Oeste pela Europa Ocidental. Para contrabalancear as ameaças externas projetadas em suas duas costas, a América na totalidade integra a estratégia de defesa do território dos Estados

Unidos. Não por acaso tanto a América Latina quanto o Caribe estão presentes na obra dos principais estrategistas estadunidenses.

Fundamentada em um sólido conhecimento geopolítico, a região A.B.C. demonstra especial importância na luta pela América do Sul. Exploraremos nesse artigo os principais fundamentos por trás desse entendimento e seus efeitos na agenda de política externa americana no período da Guerra Fria. Para isso foram combinados autores realistas da ciência política e das Relações Internacionais e pensadores da geoestratégia clássica com objetivo de compreender os fundamentos por trás da geoestratégia americana contemporânea.

O artigo desenvolver-se-á em três partes. Na primeira parte contextualizaremos a história da política externa americana e seus principais fundamentos. Após, para dialogar com a primeira sessão, em um segundo momento será trazido o arcabouço teórico da geopolítica clássica, posicionando a região do A.B.C. no núcleo da análise. Por último, analisaremos como os fundamentos apresentados nas duas primeiras partes do artigo desvelam-se na agenda de política externa americana, no âmbito político e militar, na atuação das instituições dos EUA na região analisada. Para isso foram utilizados livros, artigos de periódicos e documentos tornados públicos da Agência Central de Inteligência Americana (CIA).

1. A POLÍTICA EXTERNA AMERICANA ENTRE O ISOLACIONISMO E O ENGAJAMENTO

Os Estados Unidos são um caso excepcional de colônia na América porque se projetam externamente tão logo se tornam independentes. O experimento americano é uma extensão do processo de competição Interestatal europeu, um caso excepcional entre as colônias do Novo Mundo e a única potência no hemisfério (Fiori 2004).

Desde sua entrada como Estado independente no Moderno Sistema Mundo afirma seu poder militar², político, econômico e a necessidade de manter a América livre da interferência do “Velho Mundo”. Sobretudo, os Estados Unidos constroem sua identidade contrapondo-se ao sistema político e de valores europeu (Schlesinger Jr. 1992; Pecequilo 2011). O experimento republicano, ainda que com contradições internas que entrariam em choque no século XIX, tinha o objetivo de unificar uma população muito diferente étnica e

² Cabe assinalar que o poder militar americano sempre foi superestimado dentro da psicologia nacional, atendendo a interesses do próprio Estado, como aponta Spykman (1942, p. 71) quando da política externa conhecida como Doutrina Monroe a Santa Aliança tivesse de fato entrado em conflito com os Estados Unidos não haveria poder militar para sustentar uma guerra contra esse conjunto de Estados europeus.

racionalmente a partir de valores como a livre-iniciativa e a prosperidade (Schlesinger Jr. 1992; Pecequilo 2011). No período posterior à independência, as prioridades foram: a garantia da independência e o estabelecimento de um arcabouço institucional e legal para sustentar a unidade nacional (além do reconhecimento do território) (Schlesinger Jr. 1992; Pecequilo 2011).

Durante o século XIX, os EUA realizam a expansão de seu território através da diplomacia e das armas, tornando-se um colosso no alvorecer do século XX. Isso se deveu a uma combinação bem-sucedida de movimentos internos e externos que juntos conformam, já no início do século XX, sua ascensão como potência no sistema internacional. Nesse então, teve papel fundamental o Destino Manifesto, que dá forma na política externa ao excepcionalismo que nasce junto com os EUA e sua missão civilizatória, em grande medida influenciada pela religião protestante dos imigrantes europeus. Para a(o)s analistas de política externa e da história dos EUA, há sempre algo da divina providência que embasa essa missão, sem esse fundamento não é possível entender o caráter de seu expansionismo territorial (Pecequilo 2011).

Como qualquer país a agenda seguida pela política externa estadunidense é sustentada por um conjunto de interesses e valores tradicionais, sintetizados em preocupações estratégicas chaves, que se traduzem, em determinada época e por uma determinada geração, de formas específicas. Não obstante, há certo padrão subjacente na definição desse interesse que é invariável e não-modificado pelas demandas do contexto. Portanto, as formas para atingir seus objetivos podem alterar-se, mas sua base está fundamentada na ideia de nação (Hamilton, Jay e Madison 2008) (Pecequilo 2011).

Há um conjunto de ideias nascidas com a República em 1776, que, com maior ou menor intensidade, orientam as ações dos Estados Unidos no mundo. Conforme expandiu seu poder e riqueza, a posição estadunidense no mundo foi alterada. Mudam-se as táticas, mas a estratégia é sempre orientada para uma acumulação continuada de poder e riqueza. São prioridades permanentes da nação: a liberdade dos ares e dos mares; a preservação do hemisfério ocidental da ação e aliança com outras potências que possam ameaçar sua segurança; e a preservação do caráter específico de sua sociedade e política (Pecequilo 2011).

O isolacionismo e o unilateralismo são expressões complementares do interesse nacional americano na agenda de política externa. O período que corresponde à construção da identidade nacional americana e do “excepcionalismo” que caracterizou o experimento da República, em 1776, tem um duplo caráter. Enquanto vêem a si mesmos como opostos ao modelo da

sociedade e política do “velho continente” devem garantir a segurança de suas fronteiras em meio à guerra com as potências europeias. A chave para leitura da postura estadunidense em relação ao engajamento fora do continente é a disputa pelo poder entre uma colônia que já nascia projetando-se no mundo e as (velhas) grandes potências europeias; estas estendem sua disputa ao hemisfério na totalidade e, posteriormente, sobre todo o mapa-mundo.³ Em um primeiro momento, no pós-independência, o objetivo da política norte-americana foi o de “fortalecer as forças materiais e morais da União e do governo constitucional até o ponto em que os poderes externos não tivessem nem a oportunidade, nem o interesse para ameaçar a segurança americana.” (Garrity 1996).

As relações internacionais foram instrumentalizadas para garantir a expansão de riqueza e dos interesses norte-americanos exclusivamente, sem a criação de compromissos que cerceassem o alcance de sua ação. Mantendo a neutralidade e flexibilizando as parcerias, buscava-se a preservação de um leque ilimitado de opções e a possibilidade de que os Estados Unidos controlassem suas próprias escolhas (Pecequilo 2011, 45-46).

Falar em isolacionismo não implica necessariamente na ausência completa dos Estados Unidos nas relações internacionais, e sim a defesa de uma forma de inserção equilibrada que avalie corretamente os interesses, os recursos e os limites de atuação colocados para os Estados Unidos. Assim, visa o mínimo de envolvimento possível em questões de segurança exteriores ao continente americano (Pecequilo 2011). Conclui-se que uma análise geopolítica sólida para compreensão do lugar dos Estados Unidos na balança de poder mundial sempre esteve integrada à agenda de política externa.

A política externa americana está embasada em uma combinação entre pragmatismo e moralismo ou realismo e idealismo. Isso acontece porque os EUA partem de um conjunto de valores e um discurso que sustentam sua intervenção; nunca o fazem (ou admitem fazê-lo) meramente pela disputa de poder ou da condição mesma do sistema internacional de competição permanente. Sempre deve existir uma justificativa moral para questões que dizem respeito à expansão de seu poder e riqueza. “O Destino Manifesto é apenas o começo de muitos exemplos de reafirmação do papel e do lugar especial reservado aos norte-americanos no mundo e da ligação idealismo/realismo.” (Pecequilo 2011, 59).

³ Não há como dissociar as percepções estadunidenses sobre sua política interna e suas relações externas dos desenvolvimentos europeus porque estes afetavam, direta ou indiretamente as possibilidades e as imagens que os norte-americanos tinham de sua posição e lugar no mundo (Pecequilo 2011, 45)

Nesse processo de expansão e na “consolidação de um continente sem fronteiras” agravaram-se as contradições internas entre dois sistemas políticos e de desenvolvimento socioeconômico. A principal repercussão da vitória do norte capitalista (que apóia o desenvolvimento político e militar no século XX) é o fortalecimento do executivo. Os Estados Unidos colocam-se nos trilhos do desenvolvimento capitalista, e efetivam o salto industrial e o aumento do poder militar (Pecequilo 2011; Moore Jr. 1967).

Após um período de pleno desenvolvimento interno, iniciado mais intensamente após a Guerra de Secessão e terminado no final do século, os Estados Unidos continuam seu processo de expansão das fronteiras no século XX, em escala internacional, a começar pelo próprio hemisfério (Pecequilo 2011). A ideia Ratzeliana sobre a concorrência social enriquece a análise sobre as consequências geradas pelo aumento da densidade da população, são elas: necessidade maior de alimentos, minuciosa divisão do trabalho e maior extensão da cooperação - ainda que o autor mencione os Estados Unidos em poucas passagens; pode ser aplicada ao movimento de expansão do território americano (Ratzel e Fernandes 1990).

A tese da fronteira é conhecida na literatura de política externa americana, os EUA percebem a conquista da fronteira como um processo inevitável e necessário para a plena realização da energia e da capacidade do país (Pecequilo 2011, 65). Nesse sentido, o unilateralismo, seja em períodos de maior ou menor engajamento é característica permanente da política externa estadunidense, além disso, a liberdade e a democracia são dois valores que justificam a imperiosidade da expansão das fronteiras.

Se em um primeiro momento a Doutrina Monroe é uma afirmação da “América para os Americanos” e da não-interferência do velho continente sobre a política do Novo Mundo⁴, tão breve torna-se uma afirmação de que o continente americano era, na verdade, a extensão do território pertencente aos Estados Unidos. No século XX, a partir do Corolário Roosevelt e posteriormente a Diplomacia do Dólar, os EUA mudam o tom com o qual estabelecem relações com os territórios latino-americanos, intervindo ativamente na região. Território é um conceito político e geográfico porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos (Gottmann 1975).⁵

⁴ “*The Monroe Doctrine was an announcement of four intention to defend the hemisphere alone without a European ally.*” (Spykman 1942, p. 5).

⁵ Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. Podemos, portanto, considerar o território como uma conexão ideal entre espaço e política. Uma vez que a distribuição territorial das várias formas de poder político

À medida que os EUA expandiram seu território também expandiram seu poder. Torna-se inevitável no século XX, não assumir as responsabilidades que concernem ao Império Americano, necessárias à sua própria manutenção⁶ (Pecequilo 2011). Tendo isso em mente podemos compreender o avanço da expansão das fronteiras além do colosso conhecido como Estados Unidos. Na América do Sul, ocorre por meio do apoio às independências e através da projeção dos valores socioeconômicos. Essa relação solidifica-se durante o século XX no Sistema Interamericano (Pecequilo 2011). América do Sul é inserida dentro da estratégia de defesa hemisférica, importante dos pontos de vista político e militar, como demonstraremos ao longo do artigo.

2. OS FUNDAMENTOS DA GEOESTRATÉGIA AMERICANA:

Contribuições da geopolítica clássica e contemporânea

Antes de analisar a política externa americana durante a Guerra Fria e após um breve recorrido sobre a longa duração da história da política externa estadunidense, iremos recuperar os principais fundamentos geopolíticos que embasam a formulação da geoestratégia para a região do A.B.C. no período da Guerra Fria.

Usualmente, essa região é negligenciada nas análises de política externa americana, todavia, se voltarmos às obras de autores como A. T. Mahan (1890) H. J. Mackinder (1904, 1943) e N. J. Spykman (1942) reiteradas vezes a América do Sul é problematizada enquanto território imprescindível para assegurar os interesses americanos. A política de defesa hemisférica é necessária tanto para a segurança territorial americana quanto para a garantia de uma balança de poder favorável aos Estados Unidos, atendendo aos seus interesses políticos e econômicos (Spykman 1942).

A principal questão levantada por Spykman é o potencial geográfico dos países do A.B.C. tanto por sua distância geográfica quanto por sua riqueza de recursos naturais e minerais, e, em países como o Brasil, o tamanho de sua população. Por essa razão, é prioridade para os EUA manter o continente livre de interferências de potências externas e também impedir a aliança desses três países com potências externas ao continente (Spykman 1942). Ao constituir

se transformou profundamente ao longo da história, o território também serve como uma expressão dos relacionamentos entre tempo e política.” (Gottmann 1975, 29).

⁶ Por manutenção entende-se a luta por sobrevivência, uma vez que a cada vez que o Estado se expande aumenta sua necessidade por recursos, mercado e a criação de alianças políticas e militares. Essa visão está apoiada na Teoria do Poder Global de J. L. Fiori (Fiori 2007).

alianças representariam um perigo aos EUA por seu alto potencial disruptivo. Segundo ele, o poder militar deveria ser utilizado para proteção de outros territórios porque a contínua existência de um terceiro Estado contribui para sua própria segurança (Spykman 1942).

Mahan e Spykman explicitam a importância da preparação constante para a guerra, uma vez que sua capacidade de sustentá-la significará a permanência nos jogos de acumulação de riqueza e poder, que, para ambos, estão intimamente ligados. Por isso, não há segurança em ser apenas um pouco mais forte que outro Estado ou tão forte quanto seu possível inimigo, uma política externa só tem hipótese de ser bem sucedida se há uma margem de força a ser livremente usada (Spykman 1942). Aqui, vemos sua reivindicação pelo unilateralismo, outra constante na história da política externa americana - a prioridade é assegurar seu poder de agência quando definidas suas prioridades (Pecequilo 2011).

A visão de Mahan enfatiza a unidade dos mares como meio de controle do mar desde posições chaves em terra. O que é especialmente importante sublinhar é que esse controle de posições terrestres (seja por terra ou pelo ar) é essencial no controle unificado do mar. O poder militar real está embasado nessa combinação entre os poderes marítimo, terrestre e aéreo. Tanto Mackinder quanto Mahan prevêm em seus trabalhos que os avanços tecnológicos teriam impactos significativos no aumento do poder de um Estado em suas ações em nível operacional e tático. Na América Latina, os Estados Unidos obtiveram portos e bases militares primeiro no Caribe, e, posteriormente, na América do Sul (Ceceña 2010). A estratégia americana ocorre partindo da premissa de que devem estar vigilantes à segurança de suas zonas costeiras, combinando o poder naval ao poder aéreo,⁷ uma vez que as águas territoriais devem ser defendidas por aeronaves terrestres (Spykman 1942).

Nesse sentido, os EUA dependem da garantia de operação no Panamá e em uma série de bases na borda oriental (Spykman 1942). É função das forças armadas garantirem posições privilegiadas na América, através de bases militares na América Latina obtidas através de acordos políticos especiais (Spykman 1942). A seleção, ocupação e preparação de tais posições estratégicas fazem parte da preparação para a guerra em tempos de paz (Spykman 1942). Em um cenário em que os três Estados do A.B.C. se aliassem a potências europeias, euro-asiáticas e asiáticas não-amigáveis aos Estados Unidos os Estados Unidos seriam bloqueados por essas potências e

⁷ Nenhuma frota pode entrar em uma zona costeira hostil com segurança, a menos que tenha estabelecido supremacia aérea (Spykman 1942).

isolados (Spykman 1942). No nível operacional isso ocorreria através de três formas: bloqueio, bombardeio da costa e/ou por uma invasão. Por essa razão o poder transoceânico deve contar com bases aéreas prontas para receber e servir ao invasor (Spykman 1942). Nesse caso se a capacidade dos portadores for limitada os danos causados por esses ataques serão menores que os infligidos por grandes frotas de bombardeiros terrestres (Spykman 1942).

Os Estados Unidos devem, portanto, assegurar que as zonas estratégicas estejam preparadas e que suas bases aéreas estejam em segurança e mantidas por fortes concentrações de atividades de longo alcance de caças (Spykman 1942).

A análise de H. J. Mackinder tira a Europa do centro do eixo da intelectualidade, uma vez que diferiria das análises tradicionais, no argumento que sua história é produto das incursões e do choque entre as civilizações nômades asiáticas (S. H. Mackinder 1904). O continente foi empurrado a uma lógica de auto-afirmação de sua identidade nacional e cada um dos países cria a sua a partir de especificidades (S. H. Mackinder 1904). Os territórios europeus ficam encurralados entre duas pressões externas: dos nômades asiáticos a leste e nos outros três lados os piratas do mar. Na sua própria natureza a pressão era esmagadora, portanto, estimulante (S. H. Mackinder 1904). Contribuiu para o pensamento americano a partir das relações entre a “face pacífica” dos Estados Unidos e possíveis ameaças vindas da Ásia. Além disso, a Teoria do Poder Terrestre embasa as discussões sobre a Estratégia da Contenção e do *Rimland*, de Spykman.

Primeiro, em um artigo publicado em 1904, Mackinder expõe a influência que a Ásia teve no equilíbrio de poder europeu; posteriormente, em um artigo de 1943 revisa o conceito de *Heartland*. Assinala, nos dois artigos, o perigo representado por uma aliança sino-japonesa ou uma aliança entre a Rússia e a Alemanha. As contribuições de seus textos lançam luz sobre a própria estratégia americana em relação à Eurásia, o maior território contíguo do globo. Para equilibrar a balança de poder e a ameaça Euro-asiática são fundamentais o território do Alasca, a defesa hemisférica, o abastecimento de recursos naturais, minerais e a comunicação transoceânica (Mackinder 1904; 1943).

A Doutrina de Contenção, passa por algumas fases, desde o pós-Segunda Guerra até o fim da União Soviética (Pecequillo 2011). Durante todo esse período é constante a influência exercida pela teoria de Mackinder e o privilégio da perspectiva eurásiana, que orienta suas alianças além-mar; ele alertava que o poder terrestre que ganhasse controle sobre a área pivô flanquearia o poder marítimo (Cohen 1957). Posteriormente, equipara a

unidade de controle do Atlântico Norte e alerta sobre a importância da Bacia do Atlântico Sul enquanto unidade geopolítica (Cohen 1957).

A análise *spykmaniana* de 1942 aponta as questões centrais que devem ocupar o topo da agenda de política externa; dentre elas: a importância estratégica da Argentina, Brasil e Chile (Spykman 1942). Ele aponta que a negligência da América do Sul é um erro que pode custar a liderança do Sistema Interamericano. Spykman converge em grande medida com o diagnóstico de Mackinder sobre a importância da região (S. H. Mackinder 1904).

A América do Sul é vista antes como território além mar do que enquanto vizinho continental, além disso, as relações mais importantes à agenda americana ocorrem no Oceano Atlântico (Spykman 1942). Com as crescentes demandas que decorrem da expansão do complexo industrial-militar os EUA não são auto-suficientes em matérias-primas críticas (Spykman 1942). ⁸Uma das formas de solucionar ou minimizar esse problema seria integrar as Américas enquanto uma única unidade econômica com um objetivo comum e manter o controle centralizado sobre as importações e exportações do hemisfério (Spykman 1942). Há um descompasso entre o aumento da produção e do consumo e entre a importação de matéria-prima pelos Estados Unidos (Spykman 1942). Por essa razão, ainda que dependam de recursos externos ao continente devem assegurar seu acesso ao mercado latino-americano. Dentre esses, a região do A.B.C. fornece: manganês, estanho, borracha, ferro, gás natural, bauxita, ouro, urânio, petróleo, semente de linho, trigo, lã, cobre, tungstênio e cromo (Spykman 1942; Ferreira 2010).

O Chile é o Estado com maior potencial de guerra entre os localizados na Costa Oeste da América do Sul, comunica-se com o Oceano Pacífico, tem baixo potencial para guerra e depende dos EUA para sua segurança nacional. O controle da região do Mar do Caribe oferece vantagens militares aos EUA, que podem bloquear a Bacia Amazônica e os portos da região do nordeste brasileiro. Os outros dois Estados, Argentina e Brasil, estão localizados entre a chamada Zona Tampão Sul-Americana, a qual corresponde aos territórios da Bacia Amazônica e a planície costeira do nordeste do Brasil e a Zona Equidistante da América do Sul, onde está localizado o restante do território brasileiro e a Argentina, estendendo-se até o Estreito de Magalhães. Essa última é considerada a zona mais importante da América do Sul (Spykman 1942).

⁸ A preparação para guerra é um problema parcialmente de aumento da produção industrial e parte de aquisição de matérias-primas (Spykman 1942).

O sudeste brasileiro e a Bacia da Prata são regiões estratégicas por sua economia em expansão e a presença de recursos naturais e minerais importantes para o complexo industrial-militar americano (Spykman 1942). O Brasil e a Argentina, cujos centros econômicos estão nessa zona, são, além do Chile, os únicos Estados ricos o suficiente para permitir um estabelecimento militar real (Spykman 1942). A Argentina destacava-se com uma das maiores marinhas da América do Sul (Spykman 1942). A zona equidistante estava relativamente melhor preparada para defesa territorial contra agressão extra-hemisférica do que qualquer outra região do "Novo Mundo" fora dos Estados Unidos (Spykman 1942).

3. A POLÍTICA EXTERNA AMERICANA NA REGIÃO DO A.B.C. DURANTE O PERÍODO DA GUERRA FRIA

No pós-Segunda Guerra, seguindo a visão mackinderiana (que embasou a Contenção) o teatro dos acontecimentos desloca-se para a Ásia, área estratégica para garantia dos interesses americanos diante das políticas expansionistas da União Soviética. Isso significou, na prática, uma situação de negligência em relação à atuação na América Latina "um declínio nas políticas latino-americanas, com uma subordinação, um descaso e interferências crescentes por parte dos Estados Unidos sobre a região." (Pecequillo 2011, 218). Os Estados Unidos mantiveram seu controle da região através de sua postura internacionalista, que combinou os interesses americanos e acordos bilaterais e organismos multilaterais, quando da criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e a Organização dos Estados Americanos (Pecequillo 2011).

Apesar da retórica de cooperação, ao contrário da Europa e do Japão os países do hemisfério não receberam empréstimos em condições favoráveis; ainda que a Contenção tivesse o objetivo de afastar o hemisfério da órbita de influência soviética a região não foi priorizada como o foram as demais áreas (Pecequillo 2011). Isso ocorreu devido a ausência de ameaças externas e às instabilidades locais (Pecequillo 2011, 222). Essa percepção só altera-se a partir da segunda década de 1950, após a Revolução Cubana (Pecequillo 2011).

No Cone Sul, o alarme vermelho é sinalizado com o crescimento das esquerdas nos países do A.B.C., com o fortalecimento de partidos, movimentos e sindicatos de orientação comunista; para os EUA esse crescimento não era sustentável inserido em meio às disputas da época. "Taticamente, dentro da

lógica da contenção, isso significou uma alteração das medidas que vinham sendo direcionadas à região, antes restritas ao estabelecimento do sistema interamericano e à assinatura de tratados bilaterais, passando-se a uma ação mais efetiva.” (Pecequillo 2011, 223).

As nações referidas, do extremo-sul, desfrutaram de uma relativa independência dos Estados Unidos que as unidades políticas menores do Mediterrâneo americano nunca possuíram (Spykman 1942). O A.B.C. é um território onde predomina a multiculturalidade, por essa razão, os EUA tinham imensa preocupação com uma aproximação da Alemanha através da “sedução militar” (Spykman 1942). Nesse cenário, os Estados Unidos viram-se obrigados a demonstrar por exercícios militares que seu potencial era superior ao alemão, convidando os militares latino-americanos a vê-lo com seus próprios olhos (Spykman 1942; Fitch 1979). Essa abordagem foi complementada por bolsas militares especiais destinadas a atrair os oficiais mais jovens dos exércitos sul-americanos às escolas dos EUA para estudos adicionais (Fitch 1979). Esse foi o fundamento por trás da fundação de Escolas Superiores de Guerra, no Brasil e na Argentina, no início da década de 1950 (Fitch 1979).

Os Estados Unidos adotaram uma estratégia de aproximação militar da América do Sul nos quais os oficiais militares receberam treinamento nas Escolas de Guerra nos Estados Unidos (Fitch 1979), no contexto da Política de Boa Vizinhança e após a Conferência de Montevideú, em 1933, em um contexto nítido de alteração do padrão de engajamento dos Estados Unidos (Pecequillo 2011). Nesse âmbito, o investimento de mais de 2,5 bilhões de dólares na região da América Latina em um exercício de cooperação tem, incontestavelmente, alguma influência. Isso ocorre quando da profissionalização da instituição militar, como uma corporação. Por natureza, as atividades do Programa de Assistência Militar (MAP, na sigla em inglês) envolveram uma transferência de tecnologia militar entre os Estados Unidos e a América Latina, o que levou ao aumento do nível de profissionalização das forças armadas latino-americanas. Essa transferência de tecnologia é mais aparente nas atividades de grupos consultivos militares americanos (Fitch 1979).

Indo além das abordagens radicais, o Programa influencia a derrubada de regimes no A.B.C. porque a profissionalização das forças armadas prezarão sempre pelo bem-estar da instituição, partindo da premissa que os oficiais militares distinguem-se do restante da sociedade (Fitch 1979). Sobretudo, a corporativização aumentou o papel dos militares na política e institucionaliza o Golpe de Estado como parte do processo político (Fitch 1979).

Três constatações podem ser feitas acerca da influência do Programa Militar de Assistência (MAP): 1. A maioria dos oficiais latino-americanos que ingressaram nos programas de treinamento dos EUA já exibia atitudes políticas que a crítica radical atribui ao treinamento nos EUA, por exemplo, anticomunismo, atitudes positivas em relação aos Estados Unidos e aos EUA - investimento, antipatia pela mobilização em massa; 2. O treinamento nos EUA reforçou as orientações favoráveis dos latino-americanos em relação aos Estados Unidos, sua tendência a concordar com a posição americana em importantes questões internacionais e sua imagem das forças armadas americanas como protótipo de uma organização militar moderna; 3. À medida que essas atitudes políticas são realmente alteradas pelo treinamento nos EUA variou significativamente, de acordo com a duração, tipo, localidade e nível de treinamento recebido (Fitch 1979, 369).

Os custos econômicos da adoção do modelo militar americano foram menos significativos do que os custos políticos da emulação de estruturas de força e políticas de mão-de-obra porque deram pouca ou nenhuma contribuição à criação e difusão de um senso de legitimidade política, ou identificação nacional (Fitch 1979). Ainda, evidências apontam a inter-relação do treinamento americano com atitudes anti-Goulart (Fitch 1979; National Security Archive 1964). Ao analisar os dados sobre o MAP, Brasil, Argentina e Chile, foram respectivamente os países que receberam o maior investimento no âmbito do Programa na América Latina (Fitch 1979, 375).

As principais problemáticas da Guerra Fria orbitam em torno da ordem internacional bipolar, incipiente no período posterior à Segunda Guerra Mundial que atinge seu ápice durante o governo de Harry Truman. Nesse contexto duas superpotências disputavam o poder global a partir de dois sistemas socioeconômicos diametralmente opostos de acordo com o aumento das dimensões materiais e imateriais de seus poderes. Do ponto de vista político e militar a América Latina perdera a centralidade na política externa americana até a ameaça real sinalizada pela cooperação entre países como o Brasil com a República Popular da China e a União Soviética.

Um dos grandes representantes dessa mudança no caráter tático dos EUA é Henry Kissinger, que atuou ativamente na inteligência americana através de uma bem-sucedida combinação entre os aparelhos de Estado e suas agências: Conselho de Segurança Nacional, Departamento de Estado, Pentágono, Grupo de Ações Especiais de Washington, Agência Central de Inteligência, Agência de Inteligência da Defesa, entre outras. Dessa forma eram produzidos relatórios qualificados sobre a situação de cada um dos países (Kalb e Bernard 1974).

Durante a Guerra Fria, as agências americanas, como a Agência Central de Inteligência (CIA), realizaram uma extensa pesquisa sobre a política interna na região do A.B.C., dos governos vistos como perigosos de: Estela Perón, João Goulart e Salvador Allende, sobre as políticas econômicas e a articulação da política externa adotadas nesses países, que se aproximavam do bloco comunista. Nos documentos analisados dos três países percebe-se a importância do território e dos recursos minerais e naturais da região. Sobretudo a ameaça desencadeada a partir da aproximação e cooperação com países declarados comunistas. Em suma, Washington esteve diretamente envolvida na coordenação da derrubada dos três presidentes porque havia grande perigo de uma penetração de Moscou no hemisfério ocidental através da América do Sul (National Security Archive 1964; 1970; 1973; 1976). O Brasil chega a ser referenciado em um dos documentos como uma possível China da década de 1960 caso as agências de inteligência americanas não adotassem medidas que afastassem esse país do guarda-chuva comunista.

Antes ainda da execução dos golpes foi realizado pelos EUA um escrutínio detalhado nos três níveis: operacional, tático e estratégico de cada um dos governos, para compreender como assegurariam sua agenda de interesses políticos e econômicos. Dentre os mais de trinta documentos analisados⁹, os mais antigos são referentes ao Brasil. Com as ameaças latino-americanas, na qual a revolução cubana era o principal expoente, as agências e divisões responsáveis pela América Latina¹⁰ reuniram-se regularmente com objetivo de discutir as ameaças à segurança hemisférica representadas pela aproximação do bloco comunista. Nesse contexto, os Estados Unidos não podiam correr o risco de o Brasil cair sob controle total comunista. Além disso, as políticas de estatização de empresas estratégicas adotadas por Goulart demonstravam uma vontade de autonomia que prejudicava os interesses americanos no país (National Security Archive 1964).

No documento de 1964 foram identificados possíveis elementos disruptivos dentro da sociedade brasileira, estes foram utilizados para a mudança de regime e instalação de um governo amigável aos interesses americanos. No documento referido o governo flertava com o autoritarismo e era contrário aos valores republicanos preconizados. Em relação aos últimos tinha muito mais afinidade o General Humberto Castello Branco, descrito nos

⁹ Os documentos apresentam muitos trechos rasurados para que informações importantes sejam ocultadas ainda que tenham sido publicados.

¹⁰ Nas forças armadas americanas aparecem nos telegramas o Comando do Sul e o Comando Atlântico (National Security Archive 1964).

documentos como moderado e favorável à democracia (National Security Archive 1964).

“Todas as medidas necessárias serão tomadas para que o Brasil não caia sob a influência do bloco comunista” (National Security Archive 1964). No áudio de 1964, uma conversa entre o então presidente L. B. Johnson e George Ball explicitava a importância do Brasil para a geoestratégia estadunidense, para isso seriam realizados exercícios militares e fornecimento de equipamentos militares para execução do *Coup D’État*, em 1964.

As diretrizes da política externa durante a Guerra Fria no Brasil foram: assegurar um governo amigável aos Estados Unidos; garantir a ordem reprimindo os movimentos sociais alinhados ao comunismo ou à esquerda; e assegurar os interesses econômicos estadunidenses. Nos telegramas anteriores e posteriores ao golpe militar observou-se a utilização de “peças-chave civis e militares”. Além do Brasil, isso repetiu-se também nos documentos sobre os golpes militares na Argentina (1976) e no Chile (1973). Com a ingerência estadunidense através da coordenação entre as agências de inteligências e as embaixadas americanas foi possível obter informações atualizadas sobre a situação política e econômica dos três países e operar junto às forças disruptivas civis e militares. Constatamos através da análise dos documentos a ação clandestina e organizada dos EUA junto a agentes civis e militares de oposição aos governos classificados por eles como comunistas.

A Operação Condor foi o nome dado ao esforço coordenado de combate no Cone Sul aos “esquerdistas”,¹¹ (National Security Archive 1975). Em alguns dos documentos analisados é possível observar uma coordenação no (nível) operacional entre as três repúblicas do Cone Sul, essa ocorreu fundamentada em elevados estudos de suas sociedade e política. Diante da resistência refletida na coordenação entre os grupos políticos contrários aos regimes autoritários, as Agências de Inteligência estruturaram uma rede dentro dos governos militares amigáveis a Washington com objetivo de identificar as forças disruptivas e anti-americanas e eliminar a cooperação entre esses grupos na América do Sul. Para eliminar esses grupos subversivos estruturou-se uma rede de cooperação entre as juntas militares e suas sessões de inteligência; o caso mais conhecido foi a Diretoria de Inteligência Nacional (DINA), no Chile (National Security Archive 1982).

Nos documentos tornados públicos analisados foram observados uma ação conjunta entre as agências americanas de inteligência, a Organização dos Estados Americanos, agentes civis e militares sul-americanos de oposição

¹¹ Tradução do termo *leftist* que consta no documento original

aos governos em cada um dos países e os bancos e agências de financiamento comandadas e influenciadas pelos Estados Unidos. Nesse período da ordem bipolar, o poder estadunidense tem três bases: 1) Complexo Industrial-militar; 2) Domínio político e territorial; 3) Poder econômico e financeiro. Ao analisarmos a política externa praticada para assegurar a defesa hemisférica observa-se a Cooperação entre agentes militares e civis contrários aos governos¹², as agências de inteligência responsáveis por compreender o complexo cenário latino-americano, e o financiamento e fornecimento militar instrumentalizando a mudança de regime. Nesse então, fica escancarado o peso tanto do realismo geopolítico quanto do idealismo na atuação dos Estados Unidos no hemisfério.

Considerações Finais

A edificação do poder americano através de sua constante expansão passa por uma leitura depurada da geografia, o que explicita a inter-relação entre geografia e estratégia. Os clássicos do campo geopolítico A. T. Mahan, H. J. Mackinder e Nicholas J. Spykman influenciaram a construção da agenda de política externa americana, ambos os três são fruto de seu tempo histórico, em cada um deles os Estados Unidos está inserido em diferentes dinâmicas. Ainda que mudem os tempos as preocupações que embasam a atuação dos Estados Unidos no hemisfério são constantes. Dito isso, sua agenda edifica-se a partir de preocupações geoestratégicas, esse artigo centrou-se nas questões que dizem respeito ao poder material dos Estados Unidos, nas áreas política e militar.

É uma constante na história dos EUA a presença de intelectuais em posições estratégicas chaves. Como é possível observar em muitos trabalhos o investimento em ciência e tecnologia são condição para o sucesso dos Estados classificados como Grandes Potências. Nesse sentido, há uma colaboração direta entre as universidades e as academias militares nos Estados Unidos.

A estratégia americana tem como premissas o diagnóstico da balança de poder que se altera conforme a posição relativa dos Estados e a garantia da segurança hemisférica. Nesse espaço, o artigo inicia indagando-se a respeito da importância geoestratégica da América do Sul no continente, não obstante, essa pergunta é demasiado ampla, por isso, não traz respostas. Dessa forma, restringimos o espaço de análise aos territórios do Brasil, Argentina e Chile, apontados por Spykman dentro da América do Sul porque esses três Estados

¹² Nos documentos agentes civis e militares de oposição ao governo são referenciados como “resistência”

dentre o hemisfério como um todo seriam aqueles com mais condições para desafiar a hegemonia americana, esses Estados se não se unirem entre si não passarão de pesos na balança de poder de Estados mais poderosos, como disse Spykman.

Na obra de Spykman, a América do Sul exclui os territórios que corresponderiam ao norte da América do Sul por assemelharem-se mais aos Estados que pertencem à região do Mar do Caribe. Nesse sentido, perguntar-se sobre a América do Sul na estratégia americana e seu impacto para a política externa torna-se mais complexo. Na América do Sul, o ponto nevrálgico e com maior potencial para contestação à influência americana é a região analisada aqui, a região do Brasil, Argentina e Chile. A política externa dos EUA tem uma dinâmica dupla, seguindo a lógica de expansão de poder e riqueza, na garantia de seus interesses econômicos e no domínio de fontes de matéria-prima e mercados para seu complexo industrial-militar. Nesse sentido, a política de defesa hemisférica é uma política de segurança, mas a própria luta por sobrevivência implicada nessa ação insere-se na disputa Interestatal entre os principais competidores no sistema internacional. Em outras palavras, o poder só existe quando é exercido.

Em um primeiro momento a política externa isolacionista e o não-engajamento deveram-se ao cálculo estratégico e a não capacidade dos Estados Unidos de fazer frente a porque em um primeiro momento, buscavam consolidar-se internamente, sendo seu objetivo maior a preservação do território material e espiritual, por isso não era vantajoso o engajamento. Essa situação alterou-se no século XX, com um potencial geográfico os EUA afirmam a região da América como sua zona de influência. A região tem sua importância atestada se observarmos o quão rápida foi a criação do Sistema Interamericano e sua presença na literatura militar e acadêmica dos grandes formuladores da estratégia estadunidense. O Caribe ocupa em primeiro lugar dentro do hemisfério as prioridades americanas, logo após, a região do A.B.C.

A leitura da geografia da região analisada demonstra que a população desses países foi beneficiada pelo território sob o qual os seus Estados governam, no entanto, como aponta Spykman, se não se aliarem não deixarão de ser pesos na balança de poder de Estados mais fortes como Rússia, Alemanha, Inglaterra ou os Estados Unidos.

O estudo dos documentos tornados públicos do período da Guerra Fria data de um contexto de disputa bipolar pelo poder, nesse então, a penetração soviética desintegraria a região da política de segurança hemisférica dos Estados Unidos. O impacto do perigo soviético aparece na quase totalidade dos documentos, além disso, a riqueza natural e mineral desse território é

imprescindível para os EUA, assim como o controle de seus mercados. Por essas razões gerariam impactos negativos para a balança de poder por parte dos Estados Unidos.

O segredo desvelado nos documentos desclassificados demonstra no nível operacional a inteligência já utilizada pelos Estados Unidos antes da Guerra Fria. As dimensões culturais e psicológicas da guerra quando da criação do Pan-Americanismo, como aponta Spykman. Os interesses políticos estão por trás da aproximação cultural da América Latina e do diagnóstico da situação interna nos âmbitos econômico e político: "*Latin America is the fashion; it is more, it is a mission*" (Spykman 1942, 247).

Seria um erro assumir que o poder só existe quando há coerção, os métodos possíveis de influenciar o comportamento de outros Estados incluem persuasão, compra e troca. O poder conquistado e exercido pelos Estados Unidos inclui seu poder econômico e financeiro, e suas instituições, aqui voltamos nosso olhar para a Inteligência. Durante a Guerra Fria fica visível a estratégia de "liderança por trás dos panos" agindo como um aliado poderoso que, clandestinamente, atua para derrubada de regimes que ameaçam a execução de sua agenda econômica e política. Acima disso, a União Soviética ameaçou os Estados Unidos e a estabilidade política das nações ocidentais, efetivamente, com seu expansionismo territorial. A Doutrina de Contenção de George Kennan utiliza os fundamentos geopolíticos vistos em Mackinder e Spykman. Por isso, contrariando muitas análises geoestratégicas optamos por encerrar as considerações finais reiterando que a América do Sul é imprescindível na disputa pelo poder global.

Bibliografia

- Ceceña, Ana Esther. *Umbral de la geopolítica mundial: El Gran Caribe*. Quito: Fedaeps, 2010.
- Cohen, Saul B. "Geography and Strategy: their interrelationship." *Naval War College Review*, 1957: 1-31.
- Elias, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- Ferreira, Graça Maria Lemos. *Atla Geográfico*. São Paulo: Editora Moderna, 2010.
- Fiori, José Luís. *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- . *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Fitch, John Samuel. "The Political Impact of U.S. Military Aid to Latin America: Institutional and Individual Effects." *Armed Forces and Society*, Abril de 1979: 360-386.

Garrity, Patrick J. "Warnings of a parting friend." *The National Interest*, 1996: 14-26.

Gottmann, Jean. "The evolution of the concept of territory." *Social Science Information*, Agosto de 1975: 29-47.

Hamilton, Alexander, John Jay, e James Madison. *The Federalist Papers*. Edição: Lawrence Goldman. Oxford: Oxford University Press, 2008.

Kalb, Marvin, e Kalb Bernard. *Kissinger*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

Kaplan, D Robert. *The revenge of Geography*. Nova Iorque: Random House, 2012.

Lacoste, Yves. *A geografia. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer guerra*. Campinas: Papyrus, 1988.

Mackinder, Sir Halford John. "The Round World and the Winning of Peace." *Foreign Affairs*, Julho de 1943.

Mackinder, Sir. Halford John. "The Geographical Pivot of History." *Geographical Journal*, Julho de 1904: 421-444.

Mahan, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power Upon History*. 1890.

Moore Jr., Barrington. "A guerra civil americana: a última revolução capitalista." In: *As origens sociais da ditadura e da democracia*, por Barrington Moore Jr. Lisboa: Edições Cosmo, 1967.

National Security Archive. Edição: Peter Kornbluh. Novembro de 1970. <https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEPP/NSAEPP8/nsaebb8i.htm> (acesso em 24 de Julho de 2020).

—. Edição: Kornbluh Peter. 6 de Novembro de 1970. <https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEPP/NSAEPP8/nsaebb8i.htm> (acesso em 24 de Julho de 2020).

—. 1976. <https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEPP/NSAEPP185/index.htm> (acesso em 24 de 07 de 2020).

—. Edição: Peter Kornbluh. 1970 de Outubro de 18. <https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEPP/NSAEPP8/nsaebb8i.htm>.

—. Edição: Peter Kornbluh. 16 de Setembro de 1970. <https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEPP/NSAEPP8/nsaebb8i.htm> (acesso em 24 de Julho de 2020).

—. Edição: Peter Kornbluh. Abril de 1964. <https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEPP/NSAEPP118/> (acesso em 24 de Julho de 2020).

- Edição: Peter Kornbluh. 30 de Março de 1964.
<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/> (acesso em 24 de Julho de 2020).
- Edição: Peter Kornbluh. 15 de Outubro de 1970.
<https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm> (acesso em 24 de Julho de 2020).
- Edição: Peter Kornbluh. 15 de Setembro de 1970.
<https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm> (acesso em 24 de Julho de 2020).
- Edição: Peter Kornbluh. 16 de Outubro de 1970.
<https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm> (acesso em 24 de Julho de 2020).
- Edição: Peter Kornbluh. 1 de Abril de 1964.
<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/> (acesso em 24 de Julho de 2020).
- Edição: Peter Kornbluh. 1976.
<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB185/index.htm> (acesso em 24 de Julho de 2020).
- Edição: Peter Kornbluh. 1973.
<https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm> (acesso em 24 de Julho de 2020).
- Edição: Peter Kornbluh. 1975.
<https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm> (acesso em 24 de Julho de 2020).
- Edição: Peter Kornbluh. 1 de Outubro de 1973.
<https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm> (acesso em 24 de Julho de 2020).
- Edição: Peter Kornbluh. 4 de Dezembro de 1970.
<https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm> (acesso em 24 de Julho de 2020).
- Edição: Peter Kornbluh. 5 de Setembro de 1970.
<https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm> (acesso em 24 de Julho de 2020).
- Edição: Peter Kornbluh. 6 de Junho de 1975.
<https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm> (acesso em 24 de Julho de 2020).
- Edição: Peter Kornbluh. 21 de Janeiro de 1982.
<https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm> (acesso em 24 de Julho de 2020).

**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Estudos Estratégicos**

— Edição: Peter Kornbluh. 28 de Setembro de 1976.
<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm> (acesso em 24 de Julho de 2020).

— Edição: Peter Kornbluh. 26 de Março de 1976.
<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB185/index.htm> (acesso em 24 de Julho de 2020).

— Edição: Peter Kornbluh. 8 de Agosto de 1975.
<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm> (acesso em 27 de Julho de 2020).

— Edição: Peter Kornbluh. 9 de Novembro de 1970.
<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm> (acesso em 27 de Julho de 2020).

— Edição: Peter Kornbluh. 3 de Novembro de 1970.
<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm> (acesso em 27 de Julho de 2020).

— Edição: Peter Kornbluh. 3 de Novembro de 1970.
<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm> (acesso em 27 de Julho de 2020).

— Edição: Peter Kornbluh. 1976.
<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB185/index.htm> (acesso em 27 de Julho de 2020).

— Edição: Peter Kornbluh. 31 de Março de 1964.
<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/> (acesso em 27 de Julho de 2020).

— Edição: Peter Kornbluh. 29 de Março de 1964.
<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/> (acesso em 27 de Julho de 2020).

— Edição: Peter Kornbluh. 27 de Março de 1964.
<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/> (acesso em 27 de Julho de 2020).

— Edição: Peter Kornbluh. 1978.
<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB185/index.htm> (acesso em 27 de Julho de 2020).

— Edição: Peter Kornbluh. 1976.
<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB185/index.htm> (acesso em 27 de Julho de 2020).

— Edição: Peter Kornbluh. 1964.
<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/> (acesso em 27 de Julho de 2020).

Pecequillo, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011.

Ratzel, Friedrich, e Florestan Fernandes. *Ratzel*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

Schlesinger Jr., Arthur. *Os Ciclos da História Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

Spykman, Nicholas John. *America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power*. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company, 1942.